

O difícil aperto de 89

6con. Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo

A relativa tranqüilidade com que o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se acertaram em relação a este ano não deverá repetir-se quando a discussão incluir 1989. O que se prevê é uma árdua negociação.

O parâmetro central para o próximo ano já foi fixado com o FMI. O déficit público operacional (que exclui a correção monetária e cambial) teria de fechar em 4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e cair pela metade, para 2%, em 1989. A forma de viabilizar essa trajetória já foi acertada em relação a este ano, mas ainda não foi para a mesa de discussões em relação ao próximo ano.

O esforço exigido para cumprir a meta deste ano é enorme; o que será necessário para respeitar a meta de 1989 será gigantesco. Mesmo que o Brasil cumpra à risca o teto deste ano, terá de arranjar espaço para um novo ajuste fiscal

num ano particularmente complicado.

Do lado da receita, o cenário é preocupante. A reforma fiscal embutida na nova Constituição poderá cortar em até 19% a receita líquida disponível do governo federal já em 1989. A arrecadação, por outro lado, dificilmente será beneficiada por um crescimento econômico muito superior ao deste ano. Além disso, há um certo consenso, no governo, de que não sobra mais espaço para um novo e significativo aumento de tributação: no máximo o governo poderia tentar compensar, parcialmente, o que a Constituinte vai abocanhar-lhe.

Do lado das despesas, as pressões são igualmente grandes. O governo só conseguirá ficar perto da meta fixada para este ano se fizer um grande esforço de contenção em seus gastos.

Isso significa que qualquer corte adicional em 1989 terá certamente um custo mais alto e um grau de dificuldade maior. Conciliar essa realidade com a pro-

vável realização de eleições presidenciais e com o fato de 1989 ser, provavelmente, o último ano da administração Sarney — ou seja, sua última chance de deixar marcas no País — é algo bastante delicado.

O FMI, obviamente, sabe disso, mas tem cultivado um moderado otimismo. Existe aberto entusiasmo com os rumos da gestão do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e uma forte esperança de que o presidente Sarney se convença de que a principal herança que poderá legar ao País seria restaurar, na medida do possível, uma certa estabilidade econômica. Raciocínios desse tipo estão presentes entre altos funcionários do Fundo, mas como uma expectativa do que como uma firme convicção.

Embora a discussão sobre 1989 ainda não tenha descido a detalhes, fontes do governo brasileiro indicam o que se supõe sejam as linhas prováveis de ajuste. A previsão para este ano é de um déficit do governo central de 2,4% do PIB; um déficit de 0,5% do PIB para estados e municípios; um déficit de 0,8% do PIB para as estatais; e de 0,3% do PIB para a Previdência Social. Para 1989, provavelmente será preciso zerar todo o déficit, exceto o do governo central, que ficaria com algo em torno de 2% do PIB.

No caso dos estados e municípios isso poderia ser, teoricamente, mais factível em função da reforma fiscal. Se prevalecer na votação final da Constituição a fórmula que prevê

imediato aumento no volume de repasses federais, tão logo a Carta seja promulgada, os estados e municípios teriam, até o final de 1989, mais 2% (metade para cada um) do total das receitas fiscais federais. O governo central perderia algo entre 20 e 25% da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Essa injeção de recursos teria que

(Continua na página 5)

O presidente José Sarney já recebeu duas propostas de reforma fiscal que ele pretende implementar a curto prazo. O objetivo dessa reforma fiscal é diminuir a carga tributária que incide sobre a classe média. Uma das sugestões propõe uma mudança radical no sistema de incentivos fiscais.

SEPLAN

6con. Brasil

2º JUN 1988

O difícil aperto de 89

por Thais Bastos
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

incluindo os programas prioritários para o governo.

Conforme explicou um dos técnicos presentes, a Seplan não pretende demorar muito a definir a meta do déficit público para 1989, que pode ficar por volta de 1% do PIB. A ideia de zerar o déficit foi considerada difícil, na reunião, tendo em vista a pequena margem de manobra da área econômica na contenção das despesas por causa da rigidez dos gastos de pessoal e encargos da dívida, que são mais ou menos fixos.

POLÍTICAS DEFINIDAS

Além disso, a partir da análise antecipada do padrão de crescimento que se quer para a economia brasileira, o governo pode apontar políticas definidas para os diversos setores de atividade. "A preocupação básica do grupo é apontar rumos para além deste governo", resumiu a fonte.

Nessa reunião, primeira de uma série, como preten-

de o ministro, foi analisada a primeira estimativa do governo para o crescimento do PIB no primeiro trimestre deste ano. Segundo um estudo preliminar do Instituto de Pesquisa (Inpes), do IPEA, vinculado à Seplan, o PIB alcançou 0,3% de crescimento nos primeiros três meses deste ano, considerado "surpreendente" pelo ministro, tendo em vista, como ele mesmo ressaltou, que o comportamento dos principais indicadores coletados no período apontavam para uma queda no desempenho industrial e comercial.